

CAMPESINIDADE E AGROECOLOGIA: OS CASOS DA ARPASUL E CSE

VAZ, N. M. S.¹; SOTO, G. William H.²

¹Universidade Federal de Pelotas/PPGCS – vazpiratini@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas/PPGCS – william.hector@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender em que sentido as estratégias produtivas, econômicas, sociais e políticas, estabelecidas por agricultores de base agroecológica, funcionam como um mecanismo de reprodução da campesinidade.

As experiências desenvolvidas por agricultores, baseadas nos princípios da agroecologia, constituem um fenômeno significativo no âmbito do desenvolvimento da ruralidade brasileira na contemporaneidade.

Os autores analisam experiências dos agricultores de base agroecológica, especificamente pertencentes a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPASUL) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares (CSE), residentes nos municípios de Pelotas, Capão do Leão, Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, Herval, Cerrito, Turuçu e São Lourenço do Sul, totalizando 179 (cento e setenta e nove) famílias.

Duas temáticas assumem a centralidade na abordagem do objeto da análise: a discussão acerca do campesinato na formação social brasileira e a questão ambiental no caso brasileiro e sua relação com os processos sociais do campo.

Em relação à primeira temática, diante da polissemia que caracteriza a noção de campesinato nas Ciências Sociais e na sociedade como um todo, é adotada uma perspectiva que permite o distanciamento daquelas baseadas na busca de uma categoria síntese, na dicotomização rural/urbano ou na vinculação com a operacionalização política, permitindo a elucidação da particularidade que marca a presença dos camponeses enquanto categoria social e política, constituintes da formação social brasileira.

Segundo Marques (2008), a questão camponesa começa a ser tratada pelas Ciências Sociais brasileiras a partir dos anos 50 e está relacionada a uma visão de campesinato, enquanto categoria-síntese, estando atrelada diretamente a uma transposição interpretativa de realidades europeias. Esse movimento de transposição interpretativa que situa a noção de campesinato como uma categoria síntese, é visto por Martins (1981) como uma abordagem analítica ineficaz para o empreendimento de compreensão dos fenômenos sociais do campo. Da mesma maneira, a noção de agricultura familiar, bastante difundida, muito em função da elaboração de Ricardo ABRAMOWAY (1992), que a partir de uma leitura crítica dos clássicos da sociologia rural, formula a tese da extinção do camponês clássico, dando lugar a outro ator social, caracterizado como um profissional da agricultura. Marques (2008) critica veementemente a tentativa de consideração da agricultura familiar, enquanto categoria analítica, feita por Abramovay, considerando que seu argumento é marcado pelo caráter evolucionista.

Ainda a respeito do debate posto por Abramovay, WANDERLEY (2003) reconhece que existem dificuldades de ordem teórica em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar difundida no Brasil. Na visão de

WANDERLEY (1996), há uma particularidade do campesinato brasileiro em relação ao conceito clássico de camponês, oriundo de processos de enfrentamento próprios da história social do país, servindo hoje de fundamento ao que a autora denomina como 'patrimônio sociocultural camponês'.

Dessa maneira, no caso brasileiro, o campesinato encontra-se presente de maneira diferenciada na configuração do desenvolvimento capitalista ao longo da história, assumindo protagonismos no que tange a processos de natureza econômica, política, social e cultural. Conforme demonstra WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI E WANDERLEY (2009), "na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais europeias, é uma ideia-valor", e como tal, é um legado transmitido entre gerações, reelaborado e contextualizado a cada nova geração.

A diversidade de experiências econômicas, culturais e sociopolíticas em que os sujeitos camponeses encontram-se envolvidos, fazem parte dessa reelaboração sociocultural, compondo aquilo que Woortmann (1990) vai denominar *campesinidade*, entendida não mais sob uma ótica economicista, mas como uma qualidade presente em maior ou menor grau em grupos específicos, apresentando-se como algo que está referenciado na tradição, mas, sendo constantemente reelaborado.

Sobre a questão ambiental no caso brasileiro e sua relação com os processos sociais do campo, o ambientalismo brasileiro, conforme demonstra Santilli (2005) tem a gênese baseada num conservacionismo elitista, relacionado à conservação de espécies e nichos ambientais. Essa tendência é instituída em nível do Estado e da sociedade civil na década de 1950. Com a expansão desenvolvimentista dos governos militares, emergem problemáticas relacionadas à degradação do meio-ambiente. Constituinto uma agenda ambientalista internacional, tendo como referência a Conferência Mundial sobre o Meio-Ambiente Humano realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo em 1972, eclodem movimentos politizados que, a partir da abertura política, vão em parte se fundir com aqueles que têm uma pauta eminentemente social, surgindo o que Santilli (2005) denomina 'socioambientalismo'. Pós ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, há ampla difusão da questão ambiental nos setores públicos e privados, tendo-se o que Leis e Viola (1995) denominam como configuração de um 'ambientalismo multissetorial'.

Um modelo de produção baseado na agroecologia, enquanto fenômeno sociopolítico está relacionado àquilo que Zanoni (2004) denomina 'introdução da questão ambiental no rural contemporâneo'. Considerado pela autora um fenômeno social recente, configura-se como uma das principais interrogações sociopolíticas das sociedades contemporâneas, observando-se um deslocamento das preocupações ambientais, outrora centradas nas atividades urbano-industriais, para aquelas próprias do campo.

A intersecção entre as questões de natureza ambiental e o mundo rural está diretamente relacionada à dimensão sociopolítica do processo de modernização conservadora da agricultura, que se convencionou chamar *revolução verde*, que conforme assinalou Porto Gonçalves (2004), configura-se como "transformações nas relações de poder por meio da tecnologia". Nesse sentido, a agricultura de base agroecológica, apresenta-se como um contraponto a esse modelo produtivo, sendo uma agricultura baseada em princípios da agroecologia.

Conforme Moreira (2003), em relação à noção de agroecologia, há uma miscelânea de associações ao termo na sociedade, o que é visto por Caporal (2008) como um equívoco, baseado num reducionismo, que não dá conta do seu real potencial para apoiar processos de desenvolvimento rural mais sustentáveis.

Segundo SEVILLA GUZMÁN (2002) a agroecologia não somente está relacionada a uma modificação disciplinar, referindo-se também a uma dimensão epistemológica da ciência. Situando a agroecologia enquanto resultado de um movimento operado no interior das ciências relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, estando em curso à instituição de uma nova abordagem científica, vinculada a uma perspectiva que parte da complexidade, fornecendo uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas, como dos processos econômicos, socioculturais e políticos, que envolvem a relação homem e meio ambiente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Segundo Minayo (1995) a pesquisa qualitativa responde questões da realidade social, em um nível que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações e dos processos. Esta perspectiva norteia o presente trabalho, envolvendo o emprego de técnicas e procedimentos como análise de documentos, fichamentos de leituras, bem como, observações e entrevistas. Ainda, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca das temáticas centrais do projeto, tendo sido realizados fichamentos de leituras e análise de documentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o presente momento, foram realizados levantamentos de informações acerca da constituição das entidades, forma de organização, atividades realizadas e inserção regional, bem como, um mapeamento preliminar sobre redes econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas que estes agricultores participam.

Há a constatação de que a ARPASUL e a CSE, graças ao número de agricultores envolvidos, à abrangência regional e à natureza das redes econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas das quais participam, constituem-se como experiências significativas de agricultura de base agroecológica, convergindo para a relação entre a questão socioambientalista e a constituição da campesinidade.

4. CONCLUSÕES

Como conclusão três aspectos se destacam: a) os contextos estudados estão inscritos dentro daquilo que se denomina como uma condição camponesa, ou seja, trata-se de um universo significativo relacionado a uma herança cultural, construída a partir das vivências estabelecidas dentro de uma estrutura socioeconômica que articula a tríade terra, trabalho e família, possibilitando a garantia da reprodução de um modo de vida particular; b) por outro, a inserção desses agricultores no cenário da produção de base agroecológica implica o envolvimento dos mesmos em diversas redes de relações econômicas, sociais, políticas e sociotécnicas, relacionadas à introdução do ambientalismo no mundo

rural; e c) Esses elementos constituem-se em um profícuo caminho na direção da compreensão da totalidade social que compõe o objeto do referido estudo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

GONÇALVES, P.W.C. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Vol. 1, n. 1, Florianópolis: Interthesis, 2004.

MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, UNESP, Ano 11, n. 12 . Jan./Jun., 2008

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

MOREIRA, M. R. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP**. Unicamp, Nov. de 2003. (Dissertação de Mestrado).

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002

WANDERLEY, M.N.B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, Out., 2003.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX encontro anual da ANPOCS. Gt17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ZANONI, Magda. **A Questão Ambiental e o Rural Contemporâneo**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 101-110, UFPR: jul/dez., 2004.